

Távola propõe negociação e Marina diz que oposição apresentará alternativas

Com apoio do líder de seu partido, senador do PSDB diz que proposta pode ser alterada desde que se cumpra a meta de R\$ 28 bilhões. Senadora do PT explica reunião de governadores opositoristas



Távola reconhece que a reeleição representou um prejuízo para as reformas e Marina cobra humildade do governo para discutir ajuste



Dois senadores do PSDB – Artur da Távola (RJ) e Sérgio Machado (CE) – conclamaram o Congresso Nacional a discutir “sob a ótica do Brasil” a crise econômica e a proposta do ajuste fiscal. Távola considera “pretensão descabida” achar que o governo tem todas as respostas. Da mesma forma, considera um erro a oposição “responsabilizar

o governo pelas dificuldades sociais do país”. Ao discursar na sessão de sexta-feira, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que não pretende adotar a postura de “lavar as mãos” diante da crise que não ajudou a criar. Ela anunciou que os governadores de oposição decidiram apresentar propostas ao ajuste fiscal.

PÁGINA 4

Cabral sugere escalonar contribuição de aposentado



O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) propôs que seja escalonada conforme a faixa de renda a contribuição que o governo pretende cobrar dos inativos. “Por que fixar um teto igual para todos, ao invés de imputar índices menores para os que ganham menos?”, indagou. O senador José Fogaça

(PMDB-RS) defendeu a necessidade de se encontrar uma fórmula capaz de sacrificar o menos possível os funcionários ativos e inativos, “o que poderá ser feito mediante uma divisão mais equilibrada das contribuições entre as partes envolvidas”.

PÁGINA 5

1 Valadares reclama do câmbio

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) previu dificuldade em aperfeiçoar o programa de ajuste fiscal com a decisão do governo, “teimosamente”, de manter o câmbio.

PÁGINA 5



2 Gilvam teme corte nos incentivos

Ao defender um tratamento diferenciado para a Amazônia, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que não concorda com os cortes nos subsídios destinados à região.

PÁGINA 5



PLENÁRIO

Limites de gastos municipais na pauta

A proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras municipais poderá ser votada amanhã pelo plenário do Senado. A PEC havia retornado à Comissão de Justiça para apreciação de um novo substitutivo do relator.

PÁGINA 3

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Unibiótica
 7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Paulo Gaudêncio
 Assunto: Psicoterapia - 2ª parte
 7h55 - Senado em Pauta
 8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Body Pump
 8h30 - Jornal do Senado
 8h55 - Senado em Pauta
 9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Paraná
 9h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre saúde pública. Ele destaca que uma das medidas fundamentais, para combater a crise da saúde pública no Brasil, é efetuar um controle mais rigoroso do acesso da população ao sistema de atendimento
 10h - *Cores do Brasil* - Pernambuco
 10h30 - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Unibiótica
 10h55 - Senado em Pauta
 11h - *Especial/UNIP* - o médico Dráuzio Varela entrevista Fernando Gayotto
 Assunto: Pediatria - 2ª parte
 11h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando a Orquestra de Câmara de Curitiba
 11h55 - Senado em Pauta
 12h - *Cores do Brasil* - o Cerrado
 12h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre saúde pública
 13h - *Cores do Brasil* - a Serra dos Órgãos

13h30 - *Debate* - Tratado Cooperativo da Amazônia
 14h30 - Sessão plenária (ao vivo) - Deliberativa
 Em discussão: Projeto que unifica quadros feminino e masculino na Polícia Militar do Distrito Federal
 18h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre saúde pública
 18h55 - Senado em Pauta
 19h - *Cores do Brasil* - Linha Verde da Bahia
 19h30 - *Debate* - Tratado Cooperativo da Amazônia
 20h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre saúde pública
 21h - Jornal do Senado
 21h15 - *Especial - Abolição/2ª parte* - Direção de Walter Avancini e produção geral de Paulo César Ferreira. *Abolição* mostra a realidade das relações sociais no campo, onde senhores mantinham seus escravos com rédeas curtas, mostra a influência da cultura européia, a luta dos abolicionistas nos centros urbanos e a repressão da polícia aos comícios
 22h - Plenária (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)
 13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)
 14h15 - "Plenário em Revista"
 14h30 - Sessão plenária
 19h - "A Voz do Brasil"
 22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)
 Em seguida - Música e informação

Ademir entrega requerimento para abrir CPI das Pesquisas

Senador já obteve, desde sexta-feira, o número de assinaturas necessárias na Câmara e no Senado para pedir abertura da comissão

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou que entregará à presidência do Senado, hoje à tarde, o requerimento solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a ação dos institutos de pesquisas que atuaram em todo o país no primeiro turno das eleições. Na sexta-feira, ele já havia conseguido, na Câmara e no Senado, as assinaturas necessárias para instalar a CPI.

— É notório o fato de que os institutos de pesquisa manipularam resultados e prejudicaram candidatos. A ação dos proprietários desses institutos não pode ficar impune. Por isso é que vários parlamentares decidiram requerer a instalação dessa CPI

— justificou Ademir Andrade.

Para acelerar os trabalhos da CPI, Ademir Andrade ressaltou a importância de os líderes dos partidos indicarem, o mais rapidamente possível, os nomes dos senadores e deputados que participarão da comissão. Ele informou que os trabalhos deverão estar concluídos até o final da atual legislatura, em 31 de janeiro do próximo ano. Segundo o senador, isso implicará a possibilidade de a comissão também se reunir durante convocação extraordinária do Congresso.

Na opinião de Ademir Andrade, é preciso "dar um basta" às manipulações de resultados que vêm sendo feitas pelos institutos de pesquisa do país. Hoje, além de apre-



Ademir está convicto de que muitas pesquisas eleitorais foram manipuladas

sentar ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o requerimento de solicitação da CPI, o senador paraense fará pronunciamento para detalhar as razões que o fizeram trabalhar pela instalação da comissão.

Patrocínio quer verba para recuperar a Belém-Brasília e a Transamazônica

"As rodovias Belém-Brasília e Transamazônica são estratégicas por serem de integração nacional e, portanto, os recursos para sua manutenção deveriam ter prioridade em sua liberação", argumentou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) ao denunciar, na sexta-feira, o que considerou descaso do governo em relação a serviços de asfaltamento e recuperação de pontes de concreto nessas estradas.

— A ponte do Estreito, por exemplo, que liga os estados do Maranhão e Tocantins, que custou milhões de dólares, está ameaçada de ruir porque o tráfego intenso das duas rodovias exige trabalhos de manutenção e recapeamento que foram iniciados e logo paralisados



Patrocínio: "Belém-Brasília é única ligação entre o Norte e o Sul"

por falta de verbas — afirmou Patrocínio, que foi procurar o DNER para se informar sobre o assunto.

Na opinião de Patrocínio, o fato de o Ministério dos Transportes já ter "estourado" suas verbas para 1998 não pode invalidar a urgência na liberação de créditos suplementares para obras nessas

rodovias.

— A Belém-Brasília é a única ligação completa entre o Norte e o Sul do país. Se amanhã a ponte ruir, a rodovia vai parar e as televisões irão noticiar uma fila de 50 quilômetros de caminhões parados. Então haverá urgência na construção de nova ponte. Não será melhor se antecipar e recuperar a que já existe? — perguntou.

O senador pelo Tocantins revelou ter visitado o local, tendo constatado que a situação da ponte é tão grave que foi parcialmente interditada, sendo permitido o tráfego de apenas um caminhão por vez.

— Estou pasmo com tanta irresponsabilidade. Todos sabem que uma ponte suporta tráfego intenso durante 15 anos sem trabalhos de recuperação. A ponte do Estreito foi asfaltada há 24 anos e desde então nada foi feito.

Na ocasião, Patrocínio também entrou em contato com os índios Apinajé, que estariam paralisando as obras de asfaltamento da Transamazônica, sob a alegação de não quererem que a rodovia corte suas terras.

— Na verdade, os índios aceitam a estrada, mas querem que a reserva seja cercada e reivindicam melhorias como a construção de duas pequenas pontes.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
- Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo
- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
 Editor-Chefe: Djalba Lima
 Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Senado vota amanhã limite de gastos de câmaras

O relator da proposta, senador Jefferson Péres, apresentou um novo substitutivo ao projeto do senador Esperidião Amin. O texto deve ser apreciado de manhã pela Comissão de Constituição e Justiça, antes de ser submetido ao plenário



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 1998

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC n° 67/96, que altera dispositivo da Lei n° 6.450/77; *Projeto de Resolução n° 85/98, que altera a Resolução n° 70/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a adicionar dívida na operação de refinanciamento das dívidas mobiliárias e contratuais do estado; *Projeto de Resolução n° 88/98, que autoriza o estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito, no valor de R\$ 208 milhões; *Projeto de Resolução n° 92/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Bird, no valor equivalente a até US\$ 165 milhões, de principal, destinando-se os cursos ao financiamento parcial do Projeto Aids II; e *Projeto de Resolução n° 93/98, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Bird, no valor equivalente a até US\$ 100 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto Vigisus

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

▶ Quarta-feira (4.11.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PEC n° 15/98, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal); e *PEC n° 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juízes classistas)

COMISSÃO

▶ Quarta-feira (4.11.98)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC n° 52/95, que suprime o § 3° do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC n° 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC n° 12/96, que cria tribunais regionais federais; *PLS n° 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil (factoring); *PLS n° 171/96, que estabelece normas de acesso ao Siasi; e *PLS n° 228/97, que dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo

▶ 11h - Comissão Especial destinada a estudar a Reforma Político-Partidária
Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa

▶ 15h - Comissão Especial destinada a verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e a região do Polígono das Secas do estado de Minas Gerais. Sala 2 da Ala Senador Alexandre Costa

O plenário do Senado deverá votar amanhã a proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras de vereadores do país, criando parâmetros variáveis de acordo com o número de habitantes de cada município. Segundo o projeto, quanto maior a população do município, menor será o percentual da arrecadação destinada à câmara de vereadores.

A proposta esteve em discussão na semana passada e só não foi votada porque o relator da matéria, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), decidiu apresentar um novo substitutivo ao projeto, o qual deverá ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na manhã desta quarta-feira.

O projeto original de Esperidião Amin prevê seis faixas de limites de gastos das câmaras, sempre com base em percentual da receita líquida do município. O substitutivo apresentado por Jef-



Amin lembra que despesas com as câmaras chegam a alcançar 24% das receitas municipais



Jefferson propôs inicialmente a redução para apenas três das faixas de limites de gastos

erson, no entanto, reduzia para três o número de faixas e alguns senadores discordaram dos percentuais então propostos.

De acordo com a proposta de Amin, nos municípios com até dez mil habitantes, as câmaras nunca poderiam consumir mais que 8% da receita líquida, incluindo salários de vereadores, de funcio-

nários e o custeio; cidades com população entre dez mil e 50 mil pessoas teriam gastos limitados a 7%; para municípios de 50 mil a 100 mil habitantes, o limite seria de 6% da receita; de 100 mil a 500 mil pessoas, o gasto máximo ficaria em 5%, enquanto para as cidades de 500 mil a um milhão, 4%; acima de um milhão de habitan-

tes, o percentual seria de 3%.

Ao justificar seu projeto, Esperidião Amin afirma que a legislação atual prevê que os gastos com salários de vereadores não podem passar de 5% da receita do município, mas algumas câmaras encontraram formas de burlar o limite. "O momento é de cortes e há municípios que comprometem até 24% da receita com seus legislativos", comentou Amin durante a discussão do assunto, na última quarta-feira, em plenário.

Já na sessão de hoje, o plenário do Senado deverá votar oito projetos que tratam de endividamento de estados e contratação de dívidas pela União e empresas estatais. Entre os empréstimos destacam-se um de US\$ 160 milhões, do Banco Mundial, para combate à Aids e outro de US\$ 180 milhões, do Banco de Importação e Exportação do Japão, para o projeto de duplicação da rodovia Belo Horizonte-São Paulo.

CCJ aprecia participação de capital estrangeiro em planos de saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se amanhã, a partir da 10h, para apreciar diversas proposições. Uma das matérias incluídas na pauta é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 52/95 que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil. A PEC, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT),

suprime o parágrafo 3° do artigo 199 da Constituição, e tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), relator.

Outra PEC na pauta da CCJ é a de n° 46/96, que veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a tributação sobre alimentos constantes da cesta básica, cobrindo todas as fases das operações de produção, industrialização e comercialização. A PEC é de autoria do senador Epitácio



Júlio Campos é autor da emenda constitucional a ser apreciada amanhã pela comissão

Cafeteira (PPB-MA) e tem parecer contrário do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), por entender que a única proposição viável para atingir este objetivo é o Pro-

jecto de Resolução do Senado n° 85/96, que, sendo aprovado, reduzirá as alíquotas relativas ao ICMS dos produtos da cesta básica a quase zero.

Comissão discute efeitos da seca no Nordeste

A comissão especial criada para analisar os efeitos da seca que atinge o Nordeste e o norte de Minas Gerais, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), realizará audiência pública amanhã, às 15h, na sala n° 3 da Ala Senador Alexandre Costa, do Senado Federal.

A audiência fará uma retrospectiva do trabalho já realizado pela comissão e será especialmente dirigida para a imprensa nacional, contando com a presença de profissionais de emissoras de rádio e de televisão, revistas e jornais.

Financiamento público de campanhas entra em debate

O presidente da comissão temporária do Senado que estuda a reforma político-partidária, senador Francelino Pereira (PFL-MG), convocou reunião para amanhã, às 10h, destinada a discutir o financiamento público de campanhas eleitorais e a iniciar a votação do rela-

tório proposto pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

A comissão foi criada em abril de 1995 e ouviu dezenas de depoimentos, discutindo temas como fidelidade partidária, voto obrigatório, imunidade parlamentar, divulgação de pesquisas eleitorais e coligações.



Távola diz que bancada do PSDB está disposta a negociar ajuste

Segundo o senador, cujas palavras foram ratificadas pelo líder Sérgio Machado, o partido do governo aceita alterar medidas propostas desde que se cumpra a meta de R\$ 28 bilhões

“O momento não é de ser governo ou oposição, a crise é do Brasil e precisa ser solucionada”, afirmou sexta-feira o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), admitindo que o governo errou ao adiar a adoção de medidas agora reconhecidas como urgentes.

– A reeleição representou um prejuízo para as reformas porque parou o Congresso por um ano e impediu que a reforma tributária, a mais importante delas, fosse debatida e aprovada – disse.

Para Távola, a crise é tão grave que os parlamentares precisam trabalhar lado a lado.

– É pretensão descabida achar que o governo tem todas as respostas e que está certo ao punir o funcionalismo público como se este fosse responsável pela crise. Tampouco a oposição está certa ao responsabilizar o governo pelas dificuldades sociais do país, que resultam de séculos de atraso – afirmou ele.

O senador defendeu que o certo é apresentar alternativas. “Essa foi a posição da bancada do PSDB no



Para Artur da Távola, “a reeleição representou um prejuízo para as reformas”, por atrasar a votação das matérias tributárias

Senado: aceitar como meta do ajuste os R\$ 28 bilhões fixados pelo governo e procurar as melhores e mais criteriosas soluções para chegar a esse montante. Não é de hoje que o Estado está falido, mas agora chegamos ao limite do suportável e um ajuste profundo não pode ser mais adiado.”

Artur da Távola alertou para a dramaticidade do momento que o país está vivendo.

– Somente na Constituinte as de-

cisões que foram tomadas no Congresso tiveram tanta importância para a vida do brasileiro. O país está no limiar de um novo ciclo histórico, passando de país atrasado para a modernidade. Se a crise não for debelada, seremos responsáveis pelo fim de um sonho. Os parlamentares precisam ter a coragem de aprovar medidas impopulares mas necessárias, superando a falsa dicotomia do bem e do mal – concluiu.

APARTES

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que não pretende adotar a postura de Pôncio Pilatos, lavando as mãos diante de uma crise que não ajudou a criar.

– Mas exijo que o governo tenha a humildade de discutir esse pacote com os governadores eleitos, que serão diretamente atingidos pelas medidas. A reeleição engessou o governo. Ele não tomou as medidas desgastantes, mas necessárias, porque priorizou o que era funcional para a reeleição.

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), voltou a insistir que o Congresso precisa discutir a crise sob a ótica do Brasil.

– Se dermos 0,8 grama de antibiótico ao doente que precisa de um grama, ele não se curará, apesar de sofrer os perversos efeitos colaterais. Vamos esquecer o palanque. Devemos discutir se a medida A é melhor do que a B, sem nos deixarmos seduzir pelo ajuste meia-sola. A meta do ajuste é R\$ 28 bilhões e disso o governo não abre mão – disse.

Odacir pede cautela na reforma tributária

O senador Odacir Soares (PTB-RO) disse que a reforma tributária é “conveniente, oportuna e imprescindível”, mas observou que haverá muita disputa e reação política no momento de definir a parcela de recursos que caberá à União, aos estados e municípios e a contribuição de cada setor social na nova estrutura fiscal a ser proposta pelo governo.

Uma das reações que podem ser previstas desde agora, segundo o senador, é a oposição à proposta, já esboçada pelo Ministério da Fazenda, de substituir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pelo IVV (Imposto de Vendas a Varejo).

– É fácil antever que as unidades da Federação de vida econômica mais pujante farão franca oposição a essa proposta. Afinal, seus erários seriam violentamente prejudicados pela substituição do ICMS pelo IVV, pois essa medida deslocaria o eixo tributário da origem do produto para o seu destino, ou seja, o local onde se realiza o consumo – afirmou.

Odacir Soares pediu muita cautela e disse que a reforma tributária deve ser feita de modo gradual. Antes de qualquer alteração na estrutura tributária, observou, deve haver negociação com os estados e municípios para evitar maiores reações.

Ele acrescentou que a reforma também deverá levar em conta a diversidade dos mais de 5,5 mil municípios existentes no país:

– Os municípios brasileiros vivem uma vastíssima diversidade de situações, cada um tendo as suas particularidades, motivo pelo qual a realização de análises a partir de dados das finanças municipais representa uma das mais difíceis tarefas com que se defrontam os técnicos – completou Odacir.

Oposição apresentará alternativas, diz Marina

Ao falar da reunião que os seis governadores eleitos pela oposição realizaram na última quinta-feira em Brasília, a senadora Marina Silva (PT-AC) informou que a iniciativa não deve ser confundida com a continuidade do palanque oposicionista. “Ao contrário, o Brasil atual vive o palanque da situação, o mesmo de antes das eleições; ou seja, de dificuldades econômicas e de dificuldades financeiras e que não foram combatidas no período certo”, explicou.

A senadora disse que, nesses quatro anos, o presidente da República não apresentou nenhuma proposta de reforma tributária, certamente receando mexer num “calcanhar-de-aquiles que envolve muitos interesses”. Afirmou também que, se deseja conversar com os governadores da oposição, como deu a entender, o presidente deve chamá-los logo para uma conversa. “Até porque esses

governadores estão se sentindo prejudicados na realização de suas metas, naquilo que se comprometeram como proposta de campanha.”

Conforme Marina Silva, em face das medidas tomadas pelo Executivo, os governadores oposicionistas decidiram ter uma ação que seja ao mesmo tempo de críticas e de propostas para o programa de ajuste fiscal do governo. Para confirmar que esses governadores não que-

rem simplesmente criticar o governo, informou que eles criaram um grupo de trabalho não apenas com os eleitos pela oposição, mas com todos que têm responsabilidade com seus estados, para dar respostas concretas às populações que os elegeram.

A senadora explicou que essa frente política está aberta a todos os governadores e prefeitos unidos no entendimento de que o programa de ajuste fiscal parte de princí-

pios que ferem os avanços obtidos com a Constituição de 1988. Marina lembrou que a Carta assegurou certa autonomia para estados e municípios, enquanto, acentuou, as medidas do governo apontam para um caminho diverso. No seu entender, o governo federal deseja ter uma postura centralizadora frente a essas conquistas, o que ela considera um retrocesso.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que, encerradas as eleições, o governo age de modo diferente do que era esperado contra seus partidários que fizeram uma verdadeira farra nos estados para se reelegerem. Ele disse que houve governadores que chegaram a vender companhias energéticas para aplicar o dinheiro em campanhas eleitorais. Para Valadares, “não houve disciplina do governo antes das eleições”.



Marina afirmou que a oposição já deixou o palanque

Cabral sugere que seja escalonada a contribuição dos aposentados

Os inativos do setor público que ganham mais, segundo proposta do senador, teriam alíquotas mais elevadas de contribuição ao sistema previdenciário oficial

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) propôs na sexta-feira que seja gradual a contribuição que o governo pretende cobrar dos inativos, como parte das medidas do ajuste fiscal. "Por que fixar um teto igual para todos, ao invés de imputar índices menores para os que ganham menos?" perguntou o senador, que atribuiu ao presidencialismo boa parte dos problemas políticos e econômicos que atingem o país, inclusive o excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo.

Cabral rechaçou as críticas que geralmente são feitas à Constituição de 1988, como se ela fosse responsável pelas dificuldades políticas e administrativas atuais. Para ele, a opção pelo presidencialismo, no momento em que toda a estrutura do texto constitucional estava traçada dentro de uma perspectiva parlamentarista, provocou sérias distorções. Entre essas, o senador destacou o uso abusivo das MPs, que vem sendo feito não apenas pelo atual governo, mas também nos três governos anteriores.

— Quando as medidas provisórias foram aprovadas pela Constituinte,



Cabral lembrou que a Constituição de 1988 procurou proteger os inativos

havia um consenso entre os parlamentares de que o sistema político adotado seria o parlamentarismo — lembra o senador.

Cabral não esconde que é "violentamente contra o presidencialismo" e admite que as MPs, fora do contexto parlamentarista, podem tornar o sistema que as utiliza "mais forte do que uma ditadura".

Essa situação, segundo o senador, confunde o desempenho do chefe de Estado com o do chefe de

governo "e leva o Congresso de roldão". Isso porque o quadro atual tem como uma das suas características a possibilidade de que sejam tomadas medidas que repercutem em toda a sociedade, sem consulta aos segmentos mais interessados.

As observações de Cabral foram apoiadas pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem as medidas provisórias impedem o Legislativo de legislar e agravam a hipertrofia do Executivo.

No que se refere especificamente à situação dos aposentados, Cabral esclareceu que, quando os constituintes optaram por aprovar o artigo 39 da Constituição, foi para estabelecer que os proventos dos inativos deveriam ser revistos na mesma proporção dos aumentos concedidos aos ativos, pois se tratava de uma medida para proteger os aposentados.

— Agora, fica difícil de convencer

um homem de 70 anos que isso precisa ser mudado porque ele tem receio de que a inflação retorne — ponderou Cabral.



José Fogaça defendeu solução mais equilibrada para a Previdência

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) apontou o erro que significará a cobrança da contribuição aos aposentados e o aumento da alíquota que os funcionários públicos deverão pagar à Previdência Social. Para ele, precisa ser encontrada uma fórmula capaz de sacrificar o menos possível os funcionários ativos e inativos, o que poderá ser feito mediante uma divisão mais equilibrada das contribuições entre as partes envolvidas.

O que não se pode ignorar, segundo Fogaça, é que hoje a Previdência arrecada cerca de R\$ 2 bilhões e paga aposentadorias num valor total de R\$ 20 bilhões. "Não



Ajuste Fiscal

podemos desconhecer essa diferença de R\$ 18 bilhões, que precisa ser coberta de alguma maneira", observou o senador. Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) ressaltou que as autoridades da área econômica vêm se mostrando desinteressadas em resolver os problemas da Previdência. "Por que não se toma uma providência para impedir que a aposentadoria seja calculada com base nos últimos salários e não na média da contribuição?"

De acordo com Ademir Andrade, o mecanismo atual permite que um funcionário que passou a vida toda com um salário pequeno consiga, às vésperas da aposentadoria, alguma promoção na base do apadrinhamento e se aposente com um salário bastante alto. O senador acusa o governo de mobilizar recursos muito maiores do que os necessários para equilibrar as contas da Previdência a fim de pagar a dívida externa e interna.

Câmbio é obstáculo ao aperfeiçoamento, afirma Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) definiu na sexta-feira o programa de ajuste fiscal como um remédio amargo que está sendo imposto pelo governo à população, sem discussão prévia com o Congresso Nacional. Para o senador, ao garantir que não pretende mudar a política cambial e que a elevação dos juros vai segurar a estabilidade do real, o governo "age impositivamente e de forma discricionária" porque, tendo maioria no Congresso, conta com a aprovação do ajuste.

Valadares acredita que, se o governo discutisse de forma democrática o problema do câmbio — "questão nevrálgica que vem desacreditando o Brasil" —, o país estaria hoje em uma situação mais confortável. Ele lembrou que inclu-

sive economistas estrangeiros são unânimes em criticar a atual política de sobrevalorização do câmbio e disse que "não é possível que somente a equipe de Pedro Malan esteja certa".

O Congresso, disse o senador, talvez possa aperfeiçoar o programa de ajuste, mas esta será uma tarefa difícil porque a filosofia principal é a de manutenção da política de câmbio, "que o governo teimosamente defende".

O senador também criticou os sacrifícios impostos aos servidores públicos, que estão há quatro anos sem aumento e solidarizou-se com todos os brasileiros que serão atingidos pelo programa de ajuste. Valadares disse ser lamentável que o presidente Fernando Henrique Cardoso, em vez de estudar um plano viável de combate à crise, antes das



Valadares estranha falta de discussão prévia no Congresso

eleições, preocupou-se apenas "em viabilizar o projeto pessoal da sua reeleição".

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que não existe dinheiro para o que é fundamental ao desenvolvimento do país, mas o dinheiro para pagar o serviço da dívida é "imexível". Esses recursos, segundo ele, chegam hoje a quase 50% do Orçamento. Para o senador, é preciso refletir sobre a real preocupação do governo: se é resolver os problemas do país ou pagar a conta aos banqueiros nacionais e internacionais.

Gilvam rejeita cortes de incentivos para a Amazônia

Mesmo reconhecendo que o Brasil necessita dos ajustes que o governo pretende fazer na economia, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse na sexta-feira que não concordará com nenhum corte ou limitação nos subsídios fiscais destinados à região amazônica e ao Nordeste do país. Ele manifestou sua preocupação com base em matéria publicada na edição de 14 de outubro da revista *Veja*, que citou a redução desses subsídios como um dos pontos do ajuste econômico.

— Estou convicto de que atitudes energéticas têm de ser tomadas para afastar o fantasma da crise que ronda a nação. No entanto, esclareço que não poderei unir minha voz àqueles que defendem a adoção de ações que inibam ou inviabilizem o progresso da região amazônica — adiantou Gilvam.

Na opinião do senador pelo Amapá, a Amazônia merece um tratamento diferenciado das demais regiões brasileiras por ter características peculiares e especiais e se

constituir no maior patrimônio não explorado do Brasil. Ele disse não ver como privilégios os benefícios fiscais e os subsídios concedidos à região, os quais, segundo informou, vêm sendo reduzidos a cada ano.

Gilvam Borges acrescentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tinha outra alternativa a não ser apresentar o programa de ajuste fiscal. Por esse motivo, ele acredita que o Congresso Nacional debaterá com urgência cada proposta do governo.

— Tenho certeza que o presidente Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica do governo jamais lançariam um pacote tão pesado como esse se não fosse necessário — completou Gilvam.



Gilvam pediu tratamento diferenciado

Alcântara elogia Universidade do Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o modelo de administração da Universidade Federal do Ceará, afirmando que esse é um exemplo a ser seguido.

– No momento em que se multiplicam os protestos contra um suposto sucateamento da universidade brasileira, é salutar o exemplo dos administradores, professores, alunos e servidores da Universidade Federal do Ceará, que nos demonstram, de forma inequívoca, como é possível crescer e evoluir a partir da utilização racional dos recursos disponíveis – disse.

Lúcio Alcântara destacou a recuperação dos cursos de mestrado e doutorado e a criação de mestrados interinstitucionais em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, além do aumento das matrículas na graduação que, no período de três anos, saltaram de 10 mil para 13,9 mil.

O senador disse que o reitor Roberto Cláudio Frota Bezerra destaca o aumento no número de matrículas como o dado mais significativo da sua gestão, pois, ao democratizar o acesso, a instituição evidencia o seu papel de universidade pública, com o melhor aproveitamento dos recursos a ela destinados.

Lúcio Alcântara referiu-se à decisão da Pró-Reitoria de Graduação e da Comissão Coordenadora do Vestibular de transformar o caráter do vestibular de eliminatório para classificatório.

– Assim, possibilitou-se o acesso a um maior número de candidatos que demonstrem habilidades necessárias à atividade acadêmica, o que coincide com a concepção do reitor Roberto Cláudio, de uma universidade pública pautada no compromisso social – concluiu ele.



Alcântara destaca a universidade pública com compromisso social

Lobão propõe dedução para quem registrar empregado doméstico

Com o projeto, senador equipara trabalhador do lar às demais categorias e incentiva a assinatura da carteira de trabalho

Tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais proposta do senador Edison Lobão (PFL-MA) que tem a finalidade de incentivar patrões a registrarem seus trabalhadores domésticos. A proposta prevê a dedução, no cálculo do Imposto de Renda, dos salários e encargos sociais pagos a empregados do lar pelos contribuintes. “É justo que esses cidadãos deixem de pagar imposto sobre uma renda que constitui salário de terceiro ou receita do sistema de seguridade social”, argumenta.

Para ter direito ao desconto no IR, o cidadão precisa assinar a carteira de trabalho de seu empregado doméstico, recolher as contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “Há, no Brasil, quase quatro milhões de domésticos, a maioria na informalidade e impossibilitados de exercer direitos sociais básicos, como receber assistência à saúde ou aposentadoria”, explica Lobão.



Lobão prevê mais receita para o INSS e o FGTS, com o aumento do número de contribuintes

– Com a aprovação do projeto, estaremos incentivando empregadores a equipararem os domésticos aos demais trabalhadores, assinando suas carteiras. Além disso, os contribuintes do Imposto de Renda (pessoa física), em sua maioria cidadãos de classe média, pagarão menos ao poder deduzir de seus rendimentos tributáveis, por ocasião de sua declaração anual de ajuste, valores que não representam sua renda, uma vez que foram pagos a terceiros – defende. O benefício é limitado a dois empre-

gados por família.

Edison Lobão destaca que seu projeto traria mais receita para o INSS e o FGTS, com o aumento no número de contribuintes, que compensaria a queda na arrecadação de Imposto de Renda. “Portanto, a dedução não representa renúncia fiscal, mas crescimento de receitas federais como um todo”, afirma, enfatizando o alcance social que a proposta representa, ao conceder cidadania plena a um contingente de milhões de empregados domésticos do país.

Odacir pede prioridade para agropecuária

Ao afirmar que a agropecuária é o setor da economia que mais rapidamente responde a estímulos governamentais, o senador Odacir Soares (PTB-RO) discordou da política agrícola do governo, que importa cada vez mais produtos como trigo, milho, feijão, arroz e algodão. “A previsão para este ano é a importação recorde de 10,9 milhões de toneladas contra os 9,4 milhões comprados em 1997”, afirmou.

Para Odacir, uma política de desenvolvimento realista deve priorizar o fortalecimento do interior, de modo a fixar o trabalhador e o produtor rural em seu local de origem. “Uma política agrícola com tal estratégia, além de contribuir para desconcentrar o crescimento econômico e melhorar a distribuição de renda, geraria racionalização na aplicação de recursos na administração das grandes metrópoles e das médias cidades”, ponderou.

O senador por Rondônia lem-



Odacir considera correta a política de expansão do setor agrícola do país

brou que as metas ambiciosas do governo para a safra agrícola 98/99 prevêem um crédito rural da ordem de R\$ 11 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão para investimento e o restante para custeio da safra. “O governo tem dois objetivos: o primeiro é alcançar a produção-meta de 100 milhões de toneladas de grãos no ano 2000, enquanto o segundo é fortalecer o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).”

Diante deste quadro, Odacir considerou equivocadas as críticas do economista Guilherme Dias, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, feitas ao programa de expansão do setor. “Ao dizer que fica com pena dos agricultores, porque produzir demais é ‘dar um tiro no pé’ – o que não se pode vender faz o preço desabar –, ele se esquece do cenário alimentar brasileiro que é desastroso, com a oitava população mais desnutrida do planeta”, argumentou.

Odacir Soares afirmou que o Brasil está longe de suprir com segurança as necessidades alimentares de sua população e poder figurar como grande exportador de alimentos, apesar das mudanças sinalizadas pelo governo como saneamento financeiro, expansão do crédito, taxas mais baixas de juros e zoneamento agrícola. “Portanto, a política de expansão do setor está correta, sendo a maneira mais rápida de melhorar a qualidade de vida do povo.”



Fala, cidadão

Nesta sessão, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

0800 612211

Fernando Carlos da Silva, de Serra, Espírito Santo

Elogia o projeto que garante o auxílio natalidade para a trabalhadora autônoma e pergunta quais os requisitos necessários à conquista desse benefício. Responde a questão o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), autor do projeto que está sendo examinado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

José Ignácio Ferreira: Atualmente, o salário-maternidade não é pago à trabalhadora autônoma, o que consideramos profundamente injusto, já que ela é uma mãe como outra qualquer.

Minha proposta visa estender a essas trabalhadoras o salário-maternidade. O que me motivou foram as cartas pleiteando esse benefício, que recebi de vários pontos do país, principalmente de meu estado, o Espírito Santo.

De acordo com o projeto, a trabalhadora autônoma, vencido um prazo de carência de um ano, pode requerer o salário-maternidade à Previdência, que vai pagá-lo considerando a média dos últimos doze meses do salário de contribuição.

Na minha opinião, a proposta contribuirá para o progresso da legislação previdenciária, ao suprimir um aspecto que me parecia desnivelado e injusto. Apresentando esse projeto, tive a oportunidade de representar a população, que, efetivamente, tem desejado uma medida dessa natureza.

Tenho consciência de que esta proposta dá um passo no rumo da justiça, no caminho do direito. O direito é uma estrada, a justiça é um objetivo e um valor e estou certo de que, com nosso trabalho, estamos ajudando a mudar e aperfeiçoar o tecido legislativo existente.



CARTAS

Nesta sessão, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

fax: (061) 311 3137

WANDERLEI BETIM (OURINHOS - SP)

"Quero agradecer e elogiar a iniciativa do Senado Federal de criar a TV Senado e a coleção de CD-ROMs com a história do Parlamento. A exibição dos trabalhos da Casa por um canal de televisão é, sem dúvida, um marco na história da democracia brasileira, já que propicia a aproximação do povo com o Poder Legislativo. Na mesma direção, a iniciativa de distribuir a coleção de CD-ROMs, idealizada pelo presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães, denota que a política de viabilizar o acesso da população aos trabalhos legislativos continua a ser propósito importante dos dirigentes do Senado."

PLÁCIDO FERREIRA (CONCEIÇÃO - PB)

"Conto com o apoio dos senadores na solução das dificuldades enfrentadas pelo povo paraibano. Como o Senado é composto pelos representantes dos estados, acredito que essa Casa encontrará alternativas para resolver os graves problemas que afligem a Paraíba."

CECILIA PASSARELLI - DEPUTADA ESTADUAL (SÃO PAULO - SP)

"Agradeço a gentileza em enviar exemplares do *Jornal do Senado* a meu gabinete."

MARTINHO CARMONA - DEPUTADO ESTADUAL (BELÉM - PA)

"Cumprimento a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente nível editorial e agradeço a remessa do veículo, que considero fundamental para o acompanhamento das atividades dessa instituição."

Lendo o *Jornal do Senado*, fico a par dos acontecimentos políticos e certifico-me de que os senadores nos quais votei estão realmente trabalhando pelo bem do país."

ANTONIO AUGUSTO DA ROSA CARNEIRO (URUGUAIANA - RS)

"O *Jornal do Senado* é um meio de divulgação política imprescindível àqueles que desejam estar bem informados. Sendo assim, solicito a inclusão do Diretório Acadêmico de Direito 'Hermeto Pinto Bermúdez' no rol de assinantes desse inestimável jornal."

JOSÉ FERNANDO ROCHA (IPIAÚ - BA)

"Agradeço a remessa regular do *Jornal do Senado*, informativo importante e de qualidade sobre as atividades dessa Casa."

Lauro quer limitar o valor de presentes

Ocupantes de cargos de chefia no serviço público não poderão receber objetos ou doações superiores a R\$ 500, de acordo com projeto apresentado pelo senador e que se encontra na CCJ

Os ocupantes de cargos de chefia no serviço público não poderão receber presentes ou doações superiores a R\$ 500 em decorrência do exercício de suas funções. É o que dispõe projeto de lei de autoria do senador Lauro Campos (PT-DF) que aguarda análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Além disso, estes servidores não poderão aceitar títulos, comendas e honrarias que não tenham justificação legal e não se relacionem ao exercício de suas funções.

Lauro Campos considera a doação de presentes a ocupantes de cargos públicos uma prática co-

mum no Brasil que "fere a ética e atenta contra o princípio democrático que deve nortear as ações do governo". A ideia do projeto, segundo o senador, é dificultar a troca de favores no serviços público.

— A finalidade é limitar a prática abusiva de certos setores da sociedade, em geral os mais privilegiados, de buscar, por meio de presentes, recompensas, doações, o atendimento de interesses pessoais, na maior parte das vezes em dissonância com os princípios gerais da administração pública — explica Lauro Campos.

Pelo projeto, os presentes cujos

valores excederem o limite de R\$ 500 deverão ser entregues no prazo de dois meses para reversão ao patrimônio público. O descumprimento à lei é considerado ato de

improbidade administrativa, podendo acarretar, além do ressarcimento integral ao Estado, perda da função pública ou suspensão dos direitos políticos.

Lauro Campos afirmou que pretende defender a ética e dificultar a troca de favores no serviço público



FEIRA DO LIVRO

Senado mais próximo do Rio Grande do Sul

A participação do Senado na 44ª Feira do Livro de Porto Alegre é uma oportunidade de aproximação entre a instituição e o povo gaúcho. Essa é a opinião dos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PDT-RS), manifestada em entrevista ao *Jornal do Senado*. Fogaça disse que o Senado é considerado um "mundo distante" para muitas pessoas que nunca tiveram a chance de ir a Brasília. Com a presença do Senado no evento, essas pessoas poderão ter um contato direto e consistente com a Casa, afirmou o senador.

José Fogaça e Emília Fernandes destacaram algumas das obras que estarão disponíveis ao público no estande do Senado. A senadora citou a Constituição atualizada, o Código de Trânsito Brasileiro, o projeto de Código Civil e o anteprojeto de Código Penal. Ressaltou ainda a obra *Dados Biográficos do Senadores do Rio Grande do Sul*, apresentada por ela — primeira senadora gaúcha desde 1826, quando o Senado foi criado.

Já o senador Fogaça destacou a obra em quatro volumes do senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a vida e as ideias do ex-senador Alberto Pasqualini, conhecido como o "teórico do trabalho no Brasil".

Para os senadores, as obras do Senado despertarão grande interesse da população do estado.

Emília Fernandes vê no evento uma oportunidade de o povo gaúcho conhecer a instituição



Isso porque, segundo Emília Fernandes, os gaúchos são "altamente politizados", tanto que "acompanham quase que diariamente os trabalhos da Casa através da TV Senado", garantiu. E Fogaça informou que o público do Rio Grande "se interessa muito por obras históricas, jurídicas e por textos de lei — justamente o que caracteriza o trabalho da editora do Senado".

Os senadores ressaltaram, ainda, a distribuição diária, na feira, do *Jornal do Senado*, informativo de conteúdo rico em fatos, segundo Fogaça.

EXPOSIÇÃO

A Feira do Livro de Porto Alegre, realizada na Praça da Alfândega, se estenderá até o dia 15 de novembro. Estão previstas sessões de autógrafos pelos três senadores do estado. O Senado inaugurou seu estande na tarde

de sexta-feira, com mais de 80 títulos e dez lançamentos. Clássicos como *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e *De Profecia e Inquisição*, que reúne textos do Padre Antônio Vieira, encontram-se entre as obras editadas recentemente pela Casa e

que estão sendo vendidas a preço de custo no evento.

Também são lançamentos duas obras raras editadas em fac-símile e o livro *Dados Biográficos dos Senadores do Rio Grande do Sul*, preparado especialmente para a feira e que está sendo doado aos interessados. A obra inclui as biografias de personagens importantes da história do estado como Pinheiro Machado e Alberto Pasqualini.

A Constituição atualizada e o novo Código de Trânsito, em livro ou em disquete, também podem ser comprados no estande do Senado, além do CD-ROM *Legislação Brasileira*, que traz referências de toda a legislação de hierarquia superior desde 1946 e contém o texto integral dessas leis de 1988 a agosto deste ano.

Alcântara destaca divulgação

O trabalho de divulgação das edições do Senado Federal, com sua participação em feiras e bienais, foi enaltecido na sexta-feira pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele lamentou, contudo, não ter percebido no país qualquer manifestação para celebrar o Dia do Livro, no dia 29 de outubro.

Alcântara disse que em breve será concluído acordo com a Universidade de Brasília (UnB) para a distribuição nacional dos livros editados pelo Senado. O senador, que preside o Conselho Editorial do Senado, defendeu a realização de acordos com outras distribuidoras, para que as edições da Casa possam chegar a todos os estados do país.

A especificidade dos livros publicados pelo Senado foi destacada por Alcântara, observando que essas obras, vendidas a preço de custo, são de grande importância para a "valorização da nacionalidade".

O senador comunicou o recebimento de ofício em que Maria Helena Rui Ferreira, coordenadora da Comissão Especial da 3ª Feira Brasileira do Livro (Febralivro), realizada recentemente em Fortaleza, elogia a participação do Senado Federal.

— A presença do Senado, austera e discreta, nesses eventos é muito importante — afirmou o senador, lembrando que o primeiro evento que contou com a participação do Senado foi a 1ª Febralivro.

Benedita protesta contra a situação dos servidores

Dizendo-se perplexa, senadora afirma que tratamento dispensado ao funcionalismo é injusto e pode causar a destruição do serviço público

A senadora Benedita da Silva (PT-RI) protestou contra o que considera ser a destruição do serviço público no país e a penalização de uma categoria profissional "que vem sendo estigmatizada há muitos anos por demagogos e cortesãos do governo". Benedita fez essas observações a propósito do Dia do Servidor Público, comemorado no último dia 28.

Dizendo-se possuída por forte desalento e imensa perplexidade, a recém-eleita vice-governadora do Rio de Janeiro perguntou o que dizer àqueles aos quais compete zelar pela coisa pública após o anúncio do projeto de ajuste fiscal. "Como congratular-se com uma categoria que vem, ano após ano, sendo submetida à mais torpe perseguição e implacável campanha de desmoralização, para a qual o governo dispõe de recursos da mídia moderna?", indagou.

A senadora lembrou que há anos vem protestando e advertindo para os danos incalculáveis acarretados ao país pelo desmantelamento do serviço público brasileiro, "enquanto se esvaziam os cofres públicos, com veloz desnacionalização de nossa indústria e a venda de nosso patrimônio público".

Benedita também criticou o plano de ajuste fiscal do governo, chamando a atenção para o fato de que o teor das medidas foi mantido em segredo até que as eleições terminassem e que as únicas informações sobre as negociações entre o gover-



Benedita: proposta do governo "condena o país à recessão"

no brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) só estavam disponíveis na imprensa internacional.

– Na verdade, surpresa alguma nos adveio desse famigerado pacote, mais um que se somará a tantos outros que vêm construindo a ruína de nosso país, por meio de incessantes afrontas à nossa soberania. O que distingue o novo pacote de seus anteriores é, substancialmente, seu terrível potencial de acarretar males maiores a nossa gente, condenando o Brasil à dura recessão a que não resistirá o que nos sobra da indústria nacional – afirmou a senadora.

Segundo Benedita, os servidores e os aposentados mais uma vez foram escolhidos para "vítimas prediletas de burocratas empedernidos, sempre solícitos ante o FMI, cuja ação haverá de ser apurada mais cedo do que hão de supor". A senadora disse que, em poucos anos e graças à equipe econômica

de Fernando Henrique Cardoso, a dívida brasileira foi elevada a níveis jamais imaginados, e chamou a atenção para as advertências feitas pela deputada Maria da Conceição Tavares, registradas nos Anais da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

Benedita citou artigo de Celso Pinto, publicado na *Folha de S. Paulo*, no último dia 25, no qual ele mostra que "pacote algum aliviará o Brasil das aperturas em que foi lançado pelo atual governo, mesmo que conclua seu extenso programa de privatizações, vendendo, inclusive, o Banco do Brasil e a Petrobras". Didaticamente, mostra o jornalista Celso Pinto que "nem a venda do que resta de patrimônio nem qualquer esbulho via novos impostos ou aumento dos existentes retirará o Brasil da vulnerabilidade a que foi condenado pelo governo de Fernando Henrique".

Mauro defende federalização do BEG

Ao rebater as suspeitas lançadas pelo governador eleito Marconi Perillo (PSDB) sobre a honestidade do processo de federalização do Banco do Estado de Goiás (BEG), o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que a operação ocorreu em um "ato claro, juridicamente correto e tecnicamente perfeito, como sabe ou deveria saber" o futuro governante de Goiás.

Segundo o senador, o governador Naptali Alves de Souza (PMDB) agiu no sentido de preservar os empregos dos servidores do banco e garantir os interesses dos depositantes, evitando que a instituição financeira fosse liquidada pelo



Segundo Mauro, modelo adotado no BEG é "quase uma praxe no governo FHC"

Banco Central, quando optou pela federalização.

Essa modalidade de transição administrativa de bancos estaduais em dificuldades, explicou Mauro, se dá

por meio de medida provisória e é quase uma praxe no governo Fernando Henrique, "que é do mesmo partido de Perillo".

– Pois bem, o deputado e futuro governador lamentavelmente prefere fazer uso antecipado dos privilégios do cargo para impor versões discutíveis sobre as ações administrativas relacionadas com o banco do estado – disse Mauro Miranda.

No seu entender, Perillo está criando uma espécie de terrorismo contra os servidores do banco ao afirmar que o processo que o federalizou será revisto por causa de possíveis "rombos" causados ao caixa da instituição.

ILB promove seminário sobre a globalização

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promove nos dias 4 e 5 de novembro o Seminário "Globalização". A iniciativa reunirá senadores, deputados, consultores do Poder Legislativo e representantes dos países integrantes do Mercosul para discutir aspectos históricos, econômicos, jurídicos e ambientais do fenômeno da globalização.

O seminário será aberto, às 9 horas do dia 4, pelo presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães. A seguir, serão abordados temas como Direito e globalização, formação dos blocos regionais e o Parlamento Latino-Americano.

Entre os palestrantes estão o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) e o deputado federal Franco Montoro (PSDB-SP). À tarde, o encontro será reaberto pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral da Comissão Mista de Orçamento. Globalização financeira e os países em desenvolvimento, meio ambiente e a construção da cidadania diante do novo quadro internacional serão debatidas em seguida. Para concluir, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo

no Congresso Nacional, falará sobre as políticas públicas no Brasil de hoje.

O presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), abrirá o segundo dia de trabalho, que contará com palestra do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a relação entre a Declaração dos Direitos do Homem e o processo de globalização. Além disso, haverá palestras sobre educação e direito constitucional, sempre levando em consideração a nova realidade do mundo globalizado.

A última parte do seminário será aberta pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário do Senado. A seguir, discutem-se temas como a modernização dos parlamentos do Mercosul e a globalização das comunicações. O encontro será encerrado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que faz parte da Comissão Parlamentar do Mercosul.

O seminário será realizado de 9 às 18 horas, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado Federal. As inscrições poderão ser feitas no local.

Alcântara quer racionalidade nos gastos da área de saúde

Enxugar despesas desnecessárias foi a solução apontada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para minimizar os problemas do setor de saúde no Brasil. Em entrevista à TV Senado, ele denunciou que muitos leitos hospitalares são ocupados sem necessidade por pacientes que precisariam apenas de "um bom atendimento ambulatorial".

No programa, que vai ao ar nesta terça-feira às 9h30, 12h30 e 18h30, Alcântara fala ainda de doenças, como a tuberculose, que se acreditava terem sido erradicadas do país, mas que voltaram a aparecer. Para ele, isso se dá em função da adoção de medidas insuficientes e descontinuadas de combate a esses males.

Projeto de Arruda destina mais recursos para cultura

Uma nova fonte de recursos para os governos estaduais aplicarem na produção e divulgação de bens, valores e manifestações culturais. É o que propõe projeto de lei do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que está tramitando nas comissões de Educação e de Assuntos Econômicos. Pelo projeto, sobe de 1% para 10% a

parcela da arrecadação bruta das loterias federais e similares destinada ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e metade dessa parcela seria destinada "segundo os critérios e coeficientes estabelecidos na Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, ao financiamento de projetos culturais a serem realizados pelos estados".